



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos
Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 -Santa Maria – RS

ANEXO I
MINUTA DO TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n.º 23243.000787/2021-95
PREGÃO Nº 12/2021

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de cuidador de alunos saúde e instrutor de alunos nível médio, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Descrição	Unid	Qtd. de Postos	Quat. Total (número de postos x meses de contrato)	Valor Unitário / Posto (R\$)	Estimativa 20 meses (R\$)
ALEGRETE – Total do Grupo 1 – Alegrete – R\$ 144.346,53						
1	Cuidador de alunos -saúde para apoio e acompanhamento de aluno PcD matriculado no IFFarroupilha – Campus Alegrete. Carga Horária: 40 horas semanais.	Posto	1	20	R\$ 4.142,70	R\$ 82.853,93



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 - Santa Maria – RS

2	Instrutor de Alunos - Campus Alegrete. Carga Horária: 40 horas semanais.	Posto	1	20	R\$ 3.074,63	R\$ 61.492,60
FREDERICO WESTPHALEN – Total do Grupo 2 – R\$ 144.009,60						
3	Cuidador de alunos -saúde para apoio e acompanhamento de aluno PcD matriculado no IFFarroupilha – Campus FW. Carga Horária: 40 horas semanais.	Posto	1	20	R\$ 4.134,28	R\$ 82.685,68
4	Instrutor de Alunos - Campus FW. Carga Horária: 40 horas semanais.	Posto	1	20	R\$ 3.066,20	R\$61.323,92

JAGUARI – Total do item 5 –R\$ 64.758,35						
5	Instrutor de Alunos - Campus JA. Carga Horária: 40 horas semanais.	Posto	01	20	R\$ 3.237,92	R\$ 64.758,35

PANAMBI – Total do Grupo 3 – R\$133.894,74						
---	--	--	--	--	--	--



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 -Santa Maria – RS

6	Cuidador de alunos -saúde para apoio e acompanhamento de aluno PcD matriculado no IFFarroupilha – Campus PB. Carga Horária: 40 horas semanais.	Posto	1	20	R\$4.129,88	R\$ 82.597,58
7	Cuidador de alunos-saúde para apoio e acompanhamento de aluno PcD matriculado no IFFarroupilha – Campus PB. Carga Horária: 20 horas semanais.	Posto	1	20	R\$ 2.564,86	R\$ 51.297,16

SANTO AUGUSTO – Total do grupo 4 – R\$ 318.601,96

8	Cuidador de alunos -saúde para apoio e acompanhamento de aluno PcD matriculado no IFFarroupilha – Campus SA. Carga Horária: 40 horas semanais.	Posto	1	20	R\$ 4.040,48	R\$ 80.809,62
9	Instrutor de Alunos - Campus SA. Carga Horária: 40 horas semanais.	Posto	4	80	R\$ 2.972,40	R\$ 237.792,34



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 -Santa Maria – RS

SANTO ANGELO – Total do grupo 5 – R\$ 163.118,28						
10	Cuidador de alunos-saúde para apoio e acompanhamento de aluno PcD matriculado no IFFarroupilha – Campus SAn. Carga Horária: 20 horas semanais.	Posto	2	40	R\$ 2.573,0 2	R\$ 102.920,9 1
11	Instrutor de Alunos - Campus SAn. Carga Horária: 20 horas semanais.	Posto	2	40	R\$ 1.504,9 3	R\$ 60.197,37

SÃO BORJA – Total do grupo 6 – R\$ 324.129,12						
12	Cuidador de alunos-saúde para apoio e acompanhamento de aluno PcD matriculado no IFFarroupilha – Campus SB. Carga Horária: 20 horas semanais.	Posto	4	80	R\$ 2.559,8 5	R\$ 204.787,6 1
13	Instrutor de Alunos - Campus SB. Carga Horária: 20 horas semanais.	Posto	4	80	R\$ 1.491,7 7	R\$ 119.341,5 1



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 -Santa Maria – RS

URUGUAIANA – Total do grupo 7 – R\$ 162.752,66						
14	Cuidador de alunos-saúde para apoio e acompanhamento de aluno PcD matriculado no IFFarroupilha – Campus SB. Carga Horária: 20 horas semanais.	Posto	2	40	R\$ 2.559,85	R\$ 102.393,81
15	Instrutor de Alunos - Campus SB. Carga Horária: 20 horas semanais.	Posto	2	40	R\$ 1.508,97	R\$ 60.358,86

SÃO VICENTE DO SUL – Total do Grupo 8 - R\$ 287.058,09						
16	Cuidador de alunos -saúde para apoio e acompanhamento de aluno PcD matriculado no IFFarroupilha – Campus SVS. Carga Horária: 40 horas semanais.	Posto	2	40	R\$ 4.134,71	R\$ 165.388,59
17	Instrutor de Alunos - Campus SVS. Carga Horária: 40 horas semanais.	Posto	2	40	R\$ 3.041,74	R\$ 121.669,51



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 -Santa Maria – RS

JÚLIO DE CASTILHOS – Total do grupo 9 R\$ 228.788,05						
18	Cuidador de alunos -saúde para apoio e acompanhamento de aluno PcD matriculado no IFFarroupilha – Campus Júlio de Castilhos. Carga Horária: 40 horas semanais.	Posto	1	20	R\$ 4.213,58	R\$ 84.271,51
19	Cuidador de alunos-saúde para apoio e acompanhamento de aluno PcD matriculado no IFFarroupilha – Campus Júlio de Castilhos. Carga Horária: 20 horas semanais.	Posto	1	20	R\$ 2.586,51	R\$ 51.730,12
20	Instrutor de Alunos - Campus Júlio de Castilhos. Carga Horária: 40 horas semanais.	Posto	1	20	R\$ 3.133,20	R\$ 62.664,00
21	Instrutor de Alunos - Campus Júlio de Castilhos. Carga Horária: 20 horas semanais.	Posto	1	20	R\$ 1.506,12	R\$ 30.122,42

RESERVA TÉCNICA - ITENS AVULSOS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 -Santa Maria – RS

22	Cuidador de alunos -saúde para apoio e acompanhamento de aluno PcD matriculado no IFFarroupilha Carga Horária: 40 horas semanais.	Posto	2	40	R\$ 4.134,71	R\$ 165.388,59
23	Cuidador de alunos-saúde para apoio e acompanhamento de aluno PcD matriculado no IFFarroupilha Carga Horária: 20 horas semanais.	Posto	3	60	R\$ 2.472,91	R\$ 148.374,52
24	Instrutor de Alunos Carga Horária: 40 horas semanais.	Posto	3	60	R\$ 3.041,74	R\$ 182.504,26
25	Instrutor de Alunos Carga Horária: 20 horas semanais.	Posto	3	60	R\$ 1.398,64	R\$ 83.918,53

1.2. O objeto da licitação tem natureza de serviço comum de cuidador de aluno e instrutor de aluno.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a **Empreitada por Preço Global**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 -Santa Maria – RS

1.5. O prazo de vigência do contrato será de 20 (meses), podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no art. 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

1.6. Em relação às férias coletivas:

1.6.1. Para todos os itens, serão dadas férias coletivas aos postos, no período de recesso acadêmico definido anualmente, e os colaboradores deverão usufruí-las neste período, e não será necessária a substituição de profissional ausente;

1.6.2. No momento das férias coletivas será glosado o custo do profissional ausente.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Constituição Federal de 1988, em seu art. 6º, traz como direito social a educação, sendo esta, de acordo o art. 23, de competência comum da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal e, conforme o Inciso V deste mesmo artigo, lhes cabe proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação. Prosseguindo nesta perspectiva constitucional, no art. 205, a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, com igualdade de direitos no acesso a ela (art. 206).

2.2 Dentre o dever do Estado preconizado no art. 208 do texto constitucional, educação será efetivada mediante a garantia do atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

2.3 Neste sentido, a Lei 9.394, de 16 de dezembro de 1996 (reconhecida como LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), em seu art. 58, define a educação especial como sendo modalidade transversal de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino. A educação especial é voltada para estudantes com deficiências, transtorno do espectro autista e/ou altas habilidades/superdotação. Ainda de acordo com a LDB, no art. 59 cabe aos sistemas de ensino assegurarem aos educandos com deficiência serviços profissionais e recursos educativos para atender às suas necessidades, para a efetiva inclusão destas pessoas em sociedade. Diante disso, o IFFar atua na perspectiva da educação inclusiva e, entre outras práticas políticas, pretende contratar instrutor para auxiliar no desenvolvimento das atividades



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 -Santa Maria – RS

didático-pedagógicas deste público, encontrando respaldo na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva que assim esclarece:

Cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia-intérprete, bem como de monitor ou cuidador dos estudantes com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar (Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192. Acesso: 19 de março de 2018).

2.4 Observa-se nesta redação que o texto traz uma distinção entre as funções de “instrutor” e de “monitor ou cuidador dos estudantes”. Ademais, o texto ainda traz funções como o de tradutor/intérprete de Libras que está previsto na Lei 11.091, de 12 de janeiro de 2005, que versa sobre os cargos técnico-administrativos previstos no quadro de pessoal das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação. No entanto, o instrutor não está previsto, abrindo margem para a possibilidade de contratação/terceirização.

2.5 Retomando a legislação no que tange à competência do ensino regular em acolher estudante(s) com necessidade(s) educacional (is) específica (s) e o dever do Estado ofertar educação de qualidade e acesso igualitário a todos, cabe, então, a esta instituição prover meios de proporcionar o melhor processo de ensino-aprendizagem possível a tais estudantes. O não cumprimento da legislação de políticas inclusivas caso não proporcione estes meios aos alunos com necessidades específicas pode constituir crime de discriminação por deficiência, conforme o Art. 88, da Lei Nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão). Avançando no sentido de atender a legislação, o IFFar, no Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2026, também prevê ações inclusivas e de acessibilidade, também pautadas na Resolução CONSUP Nº 79/2018 (Política de Diversidade e Inclusão do IFFar). Assim, e diante de todo exposto, reforça-se a necessidade da instituição buscar meios para dar condições de aprendizagem a estudantes com necessidades específicas, encontrando, desta forma, respaldo para a contratação de instrutor para suprir necessidades que exijam auxílio constante no cotidiano escolar destes alunos.

2.6 Essa contratação se contempla no Programa de Permanência e Êxito, conforme Resolução CONSUP nº 178/2014, de 28 de novembro de 2014, como prevenção das causas de evasão e retenção. Considerando-se evasão o abandono do curso no qual o aluno está matriculado e a retenção como a não integralização do curso no período definido no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 -Santa Maria – RS

2.7 O IFFar no cumprimento de sua missão como instituição de ensino, busca implementar sua Política de Diversidade e Inclusão, promovendo a cultura da educação do aprender a conviver com as diferenças. Os fazeres desta Política se voltam para as temáticas de inclusão e diversidade, em especial, para questões de inclusão dos estudantes com deficiência. De acordo com a Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, “cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva na educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor aos discentes com necessidade de auxílio constante no cotidiano escolar”.

2.8 O Estatuto da Pessoa com Deficiência garante o direito à igualdade e à liberdade, visando à inclusão social e assegurando a cidadania de todas as pessoas com deficiência — seja ela física, mental, sensorial ou intelectual.

2.9 Desse modo, as escolas devem garantir condições de acesso, participação, permanência e aprendizagem de todos os alunos. Para isso, entendemos que o cuidador de educação/monitor e o cuidador de saúde, possibilita a participação dos alunos com deficiência nas diversas atividades realizadas pelos campi do IFFar.

2.10 Cada estudante apresenta uma necessidade específica, sendo assim, o Plano de Ação Individual possibilita pensar cada caso, desse modo, apresentamos resumidamente algumas necessidades conforme o cargo:

INSTRUTOR DE ALUNOS

- Acompanhar o desenvolvimento das atividades pedagógicas em sala de aula e demais espaços onde as aulas são desenvolvidas;
- Promover a intermediação entre os estudantes e os professores;
- Auxiliar os estudantes quanto à organização de suas atividades escolares;
- Auxiliar os estudantes para resolução de exercícios, intervindo junto ao aluno na solicitação aos docentes para o esclarecimento de dúvidas;
- Colaborar na elaboração de material didático complementar a pedido dos docentes e mediante orientação dos mesmos e/ou do NAPNE (Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas).
- Caberá ao referido posto, acompanhar os estudantes em todas as atividades pedagógicas, tais como leitura e/ou transcrição, cuidando e acompanhando as atividades



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 -Santa Maria – RS

pedagógicas em sala de aula e fora dela, oportunizando o desenvolvimento das mesmas, atendendo questões específicas relativas aos cuidados e aprendizagens.

CUIDADOR DE ALUNOS - SAÚDE

- Realizar trocas (fraldas), auxiliar na alimentação, intervalo das aulas e intervalo do almoço;
- Auxiliar no deslocamento e mobilidade;
- Caberá ao referido posto, executar atividades que envolvam saúde, alimentação e higiene pessoal dos estudantes incluídos. Sendo de sua responsabilidade efetuar trocas e alimentação dos referidos estudantes, organizando cronograma para execução das mesmas, sem que estas interfiram nas atividades pedagógicas.

2.11 Como o processo seletivo para ingresso em 2021 nos cursos técnicos integrados ao ensino médio está em andamento, e o processo seletivo para os cursos superiores é no final do semestre, não temos como fazer uma previsão de ingressantes que possam necessitar dos serviços de cuidadores, porém, ao analisar os dois últimos anos é possível afirmar que anualmente tem ingressado em média dois alunos que necessitam de acompanhamento contínuo de cuidador educação/monitor em sala de aula.

2.12 A necessidade da contratação foi apresentada através da elaboração de um problema relacionado com a ausência de profissionais no quadro funcional do IFFar para prestar assistência no auxílio das práticas pedagógicas e no cuidado da alimentação, higiene e locomoção de alunos com deficiência.

2.13 Ao debruçar sobre o problema apresentado pelo setor requisitante, fizemos uma análise sobre como o mesmo vem sendo tratado atualmente. O resultado da pesquisa realizada demonstrou que o IFFar possui contratos de prestação de serviço de cuidador de alunos, o qual é executado por meio da cessão de mão de obra de trabalhadores.

2.14 Diante desta informação buscamos discutir se existiria outra solução possível para resolução do problema apresentado. Uma solução possível seria que os serviços fossem prestados sob demanda, isto é, por horas de trabalho, onde a empresa contratada disponibilizaria a mão de obra conforme agendamento prévio. Contudo, a referida proposta tornou-se inviável, pois, conforme verificado junto ao setor requisitante, o problema da



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 - Santa Maria – RS

contratação demanda a prestação contínua do serviço o que caracterizaria pela prestação de serviço em horários e períodos definidos.

2.15 Por esse motivo, concluímos que a forma mais adequada para resolução do problema apresentado, salvo melhor juízo, é que os serviços terceirizados sejam prestados por meio da disponibilização de mão de obra cedida.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1 Para ambos os cargos:

3.1.1 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

3.1.2 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

3.1.3 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, 3 meses do início de sua execução;

3.1.4 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

3.1.5 Sugere-se que a empresa contratada capacite seus funcionários a desempenhar suas atividades de modo a preservar a natureza, uso consciente dos recursos hídricos e energéticos, da utilização sustentável de embalagens plásticas e equivalentes.

3.1.6 Considerando o histórico atual da contratação nos campi que hoje utilizam o serviço, entendemos que o contrato de prestação de serviço terá uma vigência mínima de vinte meses podendo ser prorrogado até o limite máximo de sessenta meses nos termos da lei.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 -Santa Maria – RS

3.1.7 A referida contratação não necessitará de transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

3.1.8 Os serviços deverão ficar suspensos durante: férias, paralisações, suspensão de atividades acadêmicas ou licença médica do(a) aluno(a) atendido(a) sem ônus para a Administração. Em casos de necessidades de afastamento por motivos de saúde do profissional Cuidador de Alunos, por mais de 07 (sete) dias, a empresa deverá providenciar um substituto. Já para o cargo de Instrutor de Alunos, o período máximo sem substituição é de até 14 dias.

3.1.9 A presente contratação será feita para um período inicial de 20 meses, renovável até 60 meses. A cada seis (06) meses será verificada a necessidade de se manter a prestação dos serviços, uma vez que o trabalho a ser executado pelo profissional está condicionado à matrícula de alunos com necessidade de acompanhamento de cuidador.

3.2 Para o cargo de INSTRUTOR DE ALUNOS

3.2.1 Os serviços serão prestados conforme discriminado abaixo:

3.2.1.1 O horário da prestação de serviço será estabelecido pela CONTRATANTE de acordo com os horários estipulados no curso do estudante, conforme calendário acadêmico;

3.2.1.2 A prestação do serviço ocorrerá nas dependências da Instituição CONTRATANTE, podendo ser estendida em locais diversos, de acordo com as atividades estudantis.

3.2.1.3 Enquanto persistir a necessidade de atividades acadêmicas remotas, o profissional deverá realizar as atividades à distância.

3.2.1.4 Após o retorno das aulas presenciais, poderão ocorrer atividades fora do horário de expediente habitual do colaborador terceirizado, como: viagens técnicas, gincanas, entre outras atividades letivas, inclusive aos finais de semana, sendo necessário o pagamento de diárias e horas extras por parte da empresa (os valores das diárias estão dispostos no Decreto Federal nº 6.907, de 21/07/2009).

3.2.1.5 No caso de ocorrência citada no item anterior (tanto diárias quanto horas extras deverão ser autorizadas previamente pela administração), horas extras e adicionais legalmente previstos deverão ser acrescidos na nota fiscal, mediante comprovação, referente ao mês da ocorrência para pagamento por parte da Administração.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 -Santa Maria – RS

3.2.2 Descrição sintética do posto:

3.2.2.1 Realizar a tarefa de instruir os alunos durante a interação com os recursos didático-pedagógicos no ambiente escolar ou no ambiente que, em determinado contexto, for considerado escolar; zelar pela inclusão dos mesmos no âmbito escolar, junto aos colegas e servidores.

3.2.3 Descrição analítica do posto:

3.2.3.1 Assessorar o discente na possibilidade de eliminar barreiras objetivando sua participação em atividades prático-didático-pedagógicas no ambiente escolar;

3.2.3.2 Auxiliar na aplicabilidade dos recursos pedagógicos no ambiente escolar;

3.2.3.3 Estimular a participação em sala de aula e demais espaços escolares;

3.2.3.4 Assessorar o discente na organização dos registros de conteúdo das disciplinas e auxiliar o aluno a organizar seu calendário acadêmico, se necessário;

3.2.3.5 Comunicar, de acordo com a necessidade, à família do aluno quanto a participação deste nas atividades desenvolvidas na instituição, bem como, informá-la de atividades complementares (a exemplo dos “temas de casa”) solicitadas ao aluno;

3.2.3.6 Reiterar ao discente as informações passadas em sala de aula, se necessárias;

3.2.3.7 Atender ao regulamento disciplinar discente vigente do IFFarroupilha, bem como, de outros regulamentos/normas aplicáveis a empregados de empresas terceirizadas;

3.2.3.8 Executar outras tarefas, conforme necessidade do aluno, definidas pelo fiscal do contrato, junto ao preposto da empresa;

3.2.3.9 Realizar a leitura textual em avaliações, se necessário;

3.2.3.10 Elaborar, mensalmente, ou sempre que solicitado, relatório de atividades desenvolvidas com o aluno;

3.2.3.11 Cumprir o horário estabelecido pela Instituição, conforme informado pelo fiscal do contrato ao preposto da empresa;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 -Santa Maria – RS

3.2.3.12 Auxiliar o aluno, no ambiente escolar, na interação com recursos didáticos que corroboram no seu aprendizado;

3.2.3.13 Auxiliar o(s) aluno(s) em relação às questões de mobilidade.;

3.2.3.14 Outras atividades afins a serem desenvolvidas, se necessário.

3.2.4 Requisitos do profissional:

3.2.4.1 Idade mínima: 18 anos.

3.2.4.2 Ensino Médio completo, preferencialmente com Curso Superior de Licenciatura em andamento, em qualquer área;

3.2.4.3 Desejável experiência anterior na atividade;

3.2.4.4 Ser pontual e assíduo ao trabalho;

3.2.4.5 Ter bons princípios de urbanidade e apresentar-se sempre com crachá;

3.2.4.6 Pertencer ao quadro de empregados da Contratada, comprovando através de contrato de trabalho e CTPS devidamente assinada.

3.2.5 Regime de trabalho: 40 horas semanais e/ou 20 horas semanais.

3.2.5.1 Regime de trabalho de 20 horas semanais

3.2.5.1.1 Os postos de 20 horas (vinte horas semanais) com previsão de jornada diurna poderão ser contratados para o período noturno, conforme necessidade da administração;

3.2.5.1.2 **A contratação nos moldes do item acima implicará na repactuação da planilha no momento da contratação de forma a inserir os custos advindos da contratação noturna.**

3.2.5.2 Regime de trabalho de 40 horas semanais



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 -Santa Maria – RS

3.2.5.2.1 Os postos de 40 horas (quarenta horas semanais) com previsão de jornada diurna, poderão ser contratados para o período vespertino, conforme necessidade da administração;

3.2.5.2.2 **A contratação nos moldes do item acima implicará na repactuação da planilha no momento da contratação de forma a inserir os custos advindos da contratação noturna.**

3.3 Para o cargo de CUIDADOR DE ALUNOS - SAÚDE

3.3.1 Os serviços serão prestados conforme discriminado abaixo:

3.3.1.1 O horário da prestação de serviço será estabelecido pela CONTRATANTE de acordo com os horários estipulados no curso do estudante, conforme calendário acadêmico;

3.3.1.2 A prestação do serviço ocorrerá nas intermediações da Instituição CONTRATANTE podendo ser estendida em locais diversos de acordo com as atividades estudantis.

3.3.1.3 Após o retorno das aulas presenciais, poderão ocorrer atividades fora do horário de expediente habitual do colaborador terceirizado, como: viagens técnicas, gincanas, entre outras atividades letivas, inclusive aos finais de semana, sendo necessário o pagamento de diárias e horas extras por parte da empresa (os valores das diárias estão dispostos no Decreto Federal n 6.907, de 21/07/2009)..

3.3.1.4 No caso de ocorrência citada no item anterior (tanto diárias quanto horas extras deverão ser autorizadas previamente pela administração), horas extras e adicionais legalmente previstos deverão ser acrescidos na nota fiscal referente ao mês da ocorrência para pagamento por parte da Administração.

3.3.1.5 Cada Cuidador poderá atender até 05 alunos.

3.1.6 No caso do posto de serviço de cuidador, o contratado deverá ser ocupado por pessoa identificada com o mesmo sexo do aluno em questão, a fim de resguardar a privacidade e intimidade dos alunos que serão atendidos por esse profissional. Bem como será informado à empresa no momento da contratação as necessidades do aluno de forma a que possa ser contratado profissional que atenda de modo satisfatório.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 -Santa Maria – RS

3.3.2 Descrição sintética do posto:

3.3.2.1 O enquadramento da categoria profissional que será empregada no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), é o seguinte:

Cuidador (CBO 51 62): Cuidam de bebês, crianças, jovens, adultos e idosos, a partir de objetivos estabelecidos por instituições especializadas ou responsáveis diretos, zelando pelo bem-estar, saúde, alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer da pessoa assistida.

3.3.3 Descrição analítica do posto:

- 3.3.3.1 Auxiliar na mobilidade do aluno com necessidade educacional especial;
- 3.3.3.2 Auxiliar na higiene do aluno com necessidade educacional especial, tal como nas idas ao banheiro e troca de fraldas;
- 3.3.3.3 Auxiliar no transporte de materiais necessários à execução das atividades do aluno;
- 3.3.3.4 Zelar pela segurança do aluno com necessidades educacionais especiais;
- 3.3.3.5 Escutar, estar atento e ser solidário com o aluno a ser cuidado;
- 3.3.3.6 Estimular e ajudar na alimentação e na constituição de hábitos alimentares;
- 3.3.3.7 Realizar mudanças de posição para maior conforto do aluno com necessidades educacionais especiais;
- 3.3.3.8 Reportar ao fiscal do contrato, relatório sobre o desenvolvimento nas atividades escolares do aluno cuidado;
- 3.3.3.9 Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade ou a critério de seu superior.
- 3.3.3.10 Prezar pela segurança do discente PcD no ambiente escolar;
- 4.3.3.11 Auxiliar o aluno PcD no atendimento de demandas de natureza fisiológica, se necessário.

3.3.4 Requisitos do profissional:

- 3.3.4.1 Idade mínima: 18 anos;
- 3.3.4.2 Ensino Médio completo;
- 3.3.4.3 Ser pontual e assíduo ao trabalho;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 -Santa Maria – RS

3.3.4.4 Ter postura ética, manter a confidencialidade das informações particulares do aluno, utilizar princípios de urbanidade e apresentar-se sempre com uniforme completo, limpo e com crachá;

3.3.4.5 Pertencer ao quadro de empregados da Contratada, comprovando através de contrato de trabalho e CTPS devidamente assinada;

3.3.4.6 Preferencialmente, possuir experiência no acompanhamento e auxílio de pessoas com necessidades básicas e rotineiras de cuidados de higiene e alimentação.

3.3.5 Regime de trabalho: 40 horas semanais e/ou 20 horas semanais.

3.3.5.1 Regime de trabalho de 20 horas semanais

3.3.5.1.1 Os postos de 20 horas (vinte horas semanais) com previsão de jornada diurna poderão ser contratados para o período noturno, conforme necessidade da administração;

3.3.5.1.2 **A contratação nos moldes do item acima implicará na repactuação da planilha no momento da contratação de forma a inserir os custos advindos da contratação noturna.**

3.3.5.2 Regime de trabalho de 40 horas semanais

3.3.5.2.1 Os postos de 40 horas (quarenta horas semanais) com previsão de jornada diurna, poderão ser contratados para o período vespertino, conforme necessidade da administração;

3.3.5.2.2 **A contratação nos moldes do item acima implicará na repactuação da planilha no momento da contratação de forma a inserir os custos advindos da contratação noturna.**

3.4 Uniformes para ambos os cargos

3.4.1 A empresa deverá fornecer 04 (quatro) jalecos e 01(um) crachá no início da execução do contrato, devendo ser substituído peça deste a qualquer época, quando



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 -Santa Maria – RS

necessário, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam às condições mínimas de apresentação;

3.4.1.1 No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

3.4.1.2 Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

3.5 EPIs para ambos os cargos

3.5.1 Os Equipamentos de Proteção Individual - EPI's, constantes da NR 6 - deverão atender na íntegra a norma regulamentadora e a Certificação de Aprovação – CA expedida pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde do Ministério do Trabalho e Emprego – M.T.E. A Contratada deverá cumprir o que dispõe o item 6.6.1 da referida norma, sendo que a relação mínima dos EPI's que deverão ser disponibilizados no início dos serviços - sem prejuízo a outros que por norma ou determinação dos órgãos competentes sejam exigidos, são os constantes a seguir:

EPI's - Cuidador de Alunos

Produto	Quantidade
1 . Luva para procedimento – Descartável	200 pares/ semestre
2. Máscara para procedimento - Descartável	200 unidades/semestre
3. Avental plástico	02 unidades/semestre

3.5.2 A substituição dos EPI's necessários a cada profissional na execução dos serviços deste estudo ocorrerá conforme previsão constante na NR 06.

3.5.3 Os uniformes e EPIs deverão ser entregues mediante recibo ou ficha de recebimento de EPI, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 -Santa Maria – RS

3.5.4 A empresa Contratada deverá fornecer máscara de proteção e álcool gel para ambos os profissionais enquanto perdurar o período de pandemia conforme orientações dos órgãos de saúde estadual e federal.

3.6 O serviço é de natureza continuada, estando previsto na Portaria 964 de 18 de junho de 2019 que define os serviços consideradas de natureza contínua no âmbito do Instituto Federal Farroupilha.

3.7 A contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade previstas no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, no que couber.

3.8 A contratação terá vigência de 20 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

3.8.1 Os serviços tenham sido prestados regularmente;

3.8.2 Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

3.8.3 Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

3.8.4 Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

3.8.5 Seja comprovado, através de pesquisa de mercado, que o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

3.8.6 Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

3.8.7 Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

3.9 Não há necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas no caso específico da contratação do serviço de seguro para a frota de veículos, uma vez que as técnicas utilizadas são de domínio comum, conhecidas da grande maioria, senão de todas as empresas do ramo e não há propriedade intelectual a proteger.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 -Santa Maria – RS

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

Foram consultadas contratações similares de outros órgãos públicos, no entanto, não foram identificadas novas metodologias, tecnologias ou inovações que poderiam atender às necessidades da administração.

O mercado de potenciais prestadores dos serviços a serem contratados é bastante vasto, uma vez que as rotinas gerais para sua execução são relativamente simples, não havendo necessidade de especialização nem da parte das empresas, nem dos seus empregados que serão utilizados diretamente na prestação dos serviços.

Por essas razões, também não se vislumbra a necessidade de consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas para coleta de contribuições. Foram identificadas as seguintes soluções de mercado que podem atender os requisitos especificados para a contratação:

- I.No caso dos serviços em tela não se vislumbram outras soluções de mercado afora a terceirização para a prestação indireta dos serviços, visto que inexistem quadros funcionais típicos no IFFar para a execução desses serviços, restando impedido o aproveitamento de recursos humanos da própria Administração;
- II.No caso da prestação indireta dos serviços, não foram identificadas outras hipóteses além de contratação de serviço contínuo com mão de obra em regime de dedicação exclusiva,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 - Santa Maria – RS

sistemática em que a empresa disponibiliza funcionário(s) para permanecer(em) nas dependências da contratante em período integral aguardando solicitação de serviço.

Essa forma de contratação não limita a participação de empresas na licitação, visto que se trata da forma usual de contratação dos serviços de cuidador e instrutor, para a qual o mercado está preparado.

A metodologia utilizada para definir o quantitativo de trabalhadores que serão disponibilizados para a prestação de serviço se baseou na contratação anterior e na verificação junto ao setor requisitante das demandas apresentadas.

5.2 A empresa contratada deverá disponibilizar para o trabalhador todos os uniformes, equipamentos, utensílios e equipamentos de proteção individual necessário para o correto desempenho das funções durante todo período da prestação do serviço.

5.3 A relação de uniformes, equipamentos, utensílios e equipamentos de proteção individual, foram elaborados pelo setor requisitante e foi apresentado na planilha de preços e custos.

5.4 **A RESERVA TÉCNICA servirá para atender eventuais demandas que surgirem nos diferentes Campi do Instituto Federal Farroupilha, portanto a realização do trabalho poderá ocorrer em qualquer uma das cidades onde se localizam os campi do IFFar. Para fins de composição da planilha de custos foram utilizados como base o maior valor de ISS e de vale transporte. No momento da assinatura do contrato o mesmo será repactuado com os valores de ISS e vale transporte da cidade da execução do contrato.**

5.5 **O contrato será firmado por item, porém, conforme as matrículas de alunos com necessidades educacionais específicas ou PcDs, em cada Campi, poderão ocorrer supressões dos postos licitados/contratados para posterior acréscimo no momento de necessidade da Administração**

5.6 **Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação***



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 -Santa Maria – RS

5.7 Foi utilizado como referências de preço o valor da contratação anterior praticado pela Administração conforme a Instrução Normativa nº 03, de 20 de Abril de 2017, Art. 2º, inc II, como segue:

Art. 2º A pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros:

(...)

II - contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços;

5.8 A estimativa de valor da contratação realizada nesses ETP visa a levantar o eventual gasto com a solução escolhida de modo a avaliar a viabilidade econômica da opção. Essa estimativa não se confunde com os procedimentos e parâmetros de uma pesquisa de preço para fins de verificação da conformidade e da aceitabilidade da proposta.

5.9 A Convenção Coletiva de Trabalho - CCT vinculada ao presente objeto é a Convenção Coletiva de Trabalho FESENALBA / RS.- FED. DOS EMPREGADOS EM ENT. CULT., RECREAT., DE ASSIST SOCIAL, DE ORIENTAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL no RS, CNPJ 05.208.719/0001-36 × SECRASO / RS.- SINDICATO DAS ENTIDADES .CULT., RECREATIVAS, DE ASSIST. SOCIAL, DE ORIENTAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL do RS, CNPJ 93.013.670/0001-23 a qual estabelece os salários para os empregados que executaram os serviços previstos neste instrumento.

Quadro 5 – Salário Base por Função.

Função	CBO	Salário 2021
Cuidador de alunos-saúde	5162	R\$ 1.176,23
Instrutor de alunos nível médio	5162	R\$ 1.176,23

5.10 A planilha de formação de preço e custos foi adaptada e atualizada conforme IN 05/2017 pelo setor de Contabilidade do Campus Júlio de Castilhos do IFFar sendo utilizada como referência a tributação de lucro presumido.

5.11 As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Termo de referência.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos
Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 -Santa Maria – RS

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO.

6.1. Não será exigida vistoria prévia para o dimensionamento da proposta.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução dos serviços será iniciada 10(dez) dias após a assinatura contratual e emissão de ordem de serviço.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)/ACORDO NÍVEIS DE SERVIÇO

Nº	ITEM DO SERVIÇO	NÍVEL ESPERADO SERVIÇO	INFRAÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Apresentação dos Terceirizados	Terceirizados com o uniforme limpo, apresentável e com crachá.	Empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá.	1	Por infração
2	Agilidade na prestação dos serviços	Tempo de execução das tarefas de acordo com a complexidade	Tempo de execução em desacordo com a complexidade da tarefa. Inexecução parcial.	1	Por infração
3	Pontualidade nas entregas de documentações	Documentação contábil entregue mensalmente em tempo hábil.	Atrasar a entrega de documentação contábil mensal.	1	Por infração



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 -Santa Maria – RS

4	Efetivo de empregados	Efetuar a reposição de funcionários faltosos por qualquer motivo (férias, licença médica, dispensa, entre outros).	Deixar de efetuar a reposição de funcionários faltosos.	1	Por infração
5	Uniformes	Entregar o uniforme aos funcionários conforme a periodicidade prevista no Termo de Referência, assim como a sua substituição emergencial.	Deixar de entregar o uniforme aos funcionários conforme a periodicidade prevista no Termo de Referência, assim como a sua substituição emergencial.	1	Por infração
6	EPIs	Entregar e manter disponível todos os EPIs(equipamento de proteção individual) de acordo com a função de cada funcionário.	Deixar de entregar ou repor os EPIs aos funcionários, bem como não manter os mesmos em perfeitas condições de uso	2	Por infração
7	Convocações	Comparecer na Instituição em caso de convocação pela fiscalização/gestão do contrato, desde que observado por estas, prazo hábil.	Não atendimento às convocações da fiscalização/gestão do contrato	2	Por infração
8	Zelo pelas instalações	Zelar pelas Instalações do IFFar que forem utilizadas.	Danificar patrimônio ou instalações do IFFar.	2	Por infração



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 -Santa Maria – RS

9	Atualização das informações do quadro de funcionários	Manter a fiscalização/gestão do contrato a par de toda e qualquer alteração do quadro de funcionários em exercício no Campus independente da motivação	Deixar de informar a fiscalização/gestão do contrato sobre alterações no quadro de funcionários.	2	Por infração
10	Ética, sigilo e Relações interpessoais	Observar as boas regras de educação para com os estudantes, professores, técnicos e visitantes da instituição, observando a ética no trato com as pessoas e colegas.	Deixar de tratar com respeito, para com os estudantes, professores, técnicos, e visitantes da instituição, observando a ética no trato com as pessoas.	3	Por infração
11	Extravio, furtos e roubos	Comunicar ao IFFar, o extravio, furto ou roubo de qualquer acessório, equipamento, documento ou objeto pertencente à instituição	Não comunicar tempestivamente à Central de Atendimento, o extravio de qualquer acessório, equipamento obrigatório, documento ou objeto pertencente à instituição.	3	Por infração



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos
Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 -Santa Maria – RS

12	Pagamento de salário, benefícios e encargos fiscais e sociais	Efetuar o pagamento de salário, vale transporte, auxílio-alimentação, seguro, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas previstas.	Deixar de efetuar o pagamento de salário, vale-transporte, auxílio alimentação, seguro, encargos fiscais e sociais nas datas previstas.	5	Por infração, por dia
----	---	---	---	---	-----------------------

A adequação de pagamento será adotada conforme tabela a seguir:

TABELA II

Grau da Infração	Reduções de pagamento
01	0,2% por incidência sobre o valor mensal do contrato
02	0,4% por incidência sobre o valor mensal do contrato
03	0,6% por incidência sobre o valor mensal do contrato
04	0,8% por incidência sobre o valor mensal do contrato
05	1% por incidência sobre o valor mensal do contrato

Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

a. Como critério de aferição de resultados, serão adotados os Acordos de Nível de Serviço/IMR e os correspondentes critérios de mensuração, conforme tabela abaixo. O ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇOS/IMR fará parte da minuta de contrato de prestação dos serviços.

TABELA DE ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇOS/IMR:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 -Santa Maria – RS

TABELA I

- a. Para fins adequação de pagamento por Acordo de Nível de Serviços, fica fixado o limite máximo de 10% de redução sobre o valor mensal do contrato.
- b. A critério da CONTRATANTE poderá ser aplicada sanções administrativas por infrações listadas no Acordo de Nível de Serviços, inclusive cumulativa a sanção com a redução de pagamento prevista neste item do contrato, previstas no Termo de Referência.

9. UNIFORMES

9.1. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

Uniformes para ambos os cargos

9.2. A empresa deverá fornecer 04 (quatro) jalecos e 01(um) crachá no início da execução do contrato, devendo ser substituído peça deste a qualquer época, quando necessário, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam às condições mínimas de apresentação;

9.3. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

9.4. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

EPIs para ambos os cargos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 -Santa Maria – RS

9.5. Os Equipamentos de Proteção Individual - EPI's, constantes da NR 6 - deverão atender na íntegra a norma regulamentadora e a Certificação de Aprovação – CA expedida pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde do Ministério do Trabalho e Emprego – M.T.E. A Contratada deverá cumprir o que dispõe o item 6.6.1 da referida norma, sendo que a relação mínima dos EPI's que deverão ser disponibilizados no início dos serviços - sem prejuízo a outros que por norma ou determinação dos órgãos competentes sejam exigidos, são os constantes a seguir:

EPI's - Cuidador de Alunos

Produto	Quantidade
1 . Luva para procedimento – Descartável	200 pares/ semestre
2. Máscara para procedimento - Descartável	200 unidades/semestre
3. Avental plástico	02 unidades/semestre

9.6. A substituição dos EPI's necessários a cada profissional na execução dos serviços deste estudo ocorrerá conforme previsão constante na NR 06.

9.7. Os uniformes e EPIs deverão ser entregues mediante recibo ou ficha de recebimento de EPI, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

9.8. A empresa Contratada deverá fornecer máscara de proteção e álcool gel para ambos os profissionais enquanto perdurar o período de pandemia conforme orientações dos órgãos de saúde estadual e federal.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 -Santa Maria – RS

como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

10.4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

10.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

10.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

10.7. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

10.7.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

10.7.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

10.7.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

10.7.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

10.8. fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:

10.8.1. A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 -Santa Maria – RS

10.8.2. O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;

10.8.3. O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

10.9. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.

10.10. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

10.11. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

10.12. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

10.13. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

10.14. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 -Santa Maria – RS

11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.3. Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração.

11.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

11.7. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

11.8. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

11.9. As empresas contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços, conforme alínea "g" do item 10.1 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017:

11.9.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

11.9.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada; e

11.9.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 -Santa Maria – RS

11.9.4. declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

11.9.5. Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

11.10. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.

11.11. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

11.12. Substituir, no prazo de 04 (quatro) horas, em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;

11.13. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

13.12.1 Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 - Santa Maria – RS

11.14. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

11.15. Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

11.15.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

11.16. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

11.17. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

11.18. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

11.19. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

11.20. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

11.20.1. viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 - Santa Maria – RS

contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

11.20.2. viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

11.20.3. oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

11.21. Manter preposto nos locais de prestação de serviço, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato;

11.22. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

11.23. Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante;

11.23.1. A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

11.23.2. Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

11.23.2.1. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela contratante para acompanhar o pagamento das respectivas verbas.

11.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.25. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 -Santa Maria – RS

11.26. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.27. Não beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;

11.28. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

11.28.1. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

11.29. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.30. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.31. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.

11.32. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.33. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

11.34. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 -Santa Maria – RS

11.35. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.36. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes deste Termo de Referência.

11.37. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

11.38. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

11.39. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

11.40. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

11.40.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

11.40.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 -Santa Maria – RS

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

14.3 O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:

I – Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 -Santa Maria – RS

alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

II – Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;

III – Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

IV – Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade; e

V - Fiscalização pelo Público Usuário: é o acompanhamento da execução contratual por pesquisa de satisfação junto ao usuário, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela contratada, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto.

14.4 Quando a contratação exigir fiscalização setorial, o órgão ou entidade deverá designar representantes nesses locais para atuarem como fiscais setoriais.

14.5 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.6 A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

14.7 Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

a) no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 -Santa Maria – RS

a.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

a.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA; e

a.3. exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

b) entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

b.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

b.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

b.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

b.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

c) entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:

c.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

c.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;

c.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 - Santa Maria – RS

c.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

c.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

d) entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

d.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

d.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

d.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

d.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

14.8 A CONTRATANTE deverá analisar a documentação solicitada na alínea “d” acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

14.9 No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

14.10 Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no subitem 16.7 acima deverão ser apresentados.

14.11 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).

14.12 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 -Santa Maria – RS

14.13 O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

14.14 A CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

14.15 Além das disposições acima citadas, a fiscalização administrativa observará, ainda, as seguintes diretrizes:

14.16 Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):

a) Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;

b) Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela CONTRATADA e pelo empregado;

c) O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;

d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);

e) Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a CONTRATADA;

f) Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

g) No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 -Santa Maria – RS

- g.1. relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- g.2. CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela contratada;
- g.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e
- g.4. declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

14.17 Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):

- a) Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;
- b) Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;
- c) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;
- d) Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 66-A da Lei nº 8.666, de 1993.

14.18 Fiscalização diária:

- a) Devem ser evitadas ordens diretas da CONTRATANTE dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 -Santa Maria – RS

b) Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA.

c) Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

14.19 Cabe, ainda, à fiscalização do contrato, verificar se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita a estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

16.17.1 O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder a repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da contratada.

14.20 A CONTRATANTE deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.

16.18.1 Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.

14.21 A CONTRATADA deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela CONTRATANTE quaisquer dos seguintes documentos:

a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a CONTRATANTE;

c) cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; e

d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 - Santa Maria – RS

14.22 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo XXX, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.20.1 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

14.23 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.24 O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.25 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.26 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14.27 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

14.28 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

14.29 O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 -Santa Maria – RS

14.30 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

14.31 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.32 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.33 O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.34 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.35 Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

14.35.1 Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

14.35.2 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

14.35.3 Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da contratada.

14.36 O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 -Santa Maria – RS

para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

14.37 A fiscalização de que trata este Termo de Referência não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.38 As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

17.2 No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

17.3 O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.3.1 A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.3.1.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

17.3.1.2 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 - Santa Maria – RS

17.3.1.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.3.1.4 Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento mensal, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato;

17.3.2 No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.3.2.1 quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.3.2.2 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.3.2.2.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.4 No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.4.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.4.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 -Santa Maria – RS

17.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

17.6 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

16. DO PAGAMENTO

18.1 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.2 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

18.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.4 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

18.4.1 o prazo de validade;

18.4.2 a data da emissão;

18.4.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

18.4.4 o período de prestação dos serviços;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 -Santa Maria – RS

18.4.5 o valor a pagar; e

18.4.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

18.6 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

18.6.1 não produziu os resultados acordados;

18.6.2 deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

18.6.3 deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

18.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.8 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.10 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 -Santa Maria – RS

18.12 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.13.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.14 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

18.15 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

18.16 A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado e indenizado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na planilha de preços.

18.16.1 Não tendo havido a incidência de custos com aviso prévio trabalhado e indenizado, a prorrogação contratual seguinte deverá prever o pagamento do percentual máximo equivalente a 03 (três) dias a mais por ano de serviço, até o limite compatível com o prazo total de vigência contratual.

18.16.2 A adequação de pagamento de que trata o subitem anterior deverá ser prevista em termo aditivo.

18.16.3 Caso tenha ocorrido a incidência parcial ou total dos custos com aviso prévio trabalhado e/ou indenizado no primeiro ano de contratação, tais rubricas deverão ser mantidas na planilha de forma complementar/proporcional, devendo o órgão contratante esclarecer a metodologia de cálculo adotada.

18.17 A Contratante providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da Contratada que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 -Santa Maria – RS

18.18 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

17. DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

18.19 Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas neste Termo de Referência.

18.20 A futura Contratada deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

18.20.1 Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

18.21 A CONTRATADA autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 -Santa Maria – RS

2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

18.22 O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

18.22.1 13º (décimo terceiro) salário;

18.22.2 Férias e um terço constitucional de férias;

18.22.3 Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

18.22.4 Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

18.22.5 Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

18.23 O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

18.24 Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

18.25 Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

18.26 A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

18.26.1 Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

18.26.2 A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 -Santa Maria – RS

18.26.3 A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

18.27 O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MP n. 5/2017.

18. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO (REACTUAÇÃO)

18.28 Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 9.507, de 2018, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

18.29 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

18.30 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

18.30.1 Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

18.30.2 Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 -Santa Maria – RS

18.30.3 Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

18.31 Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

18.32 O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

18.33 Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

18.34 Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

18.34.1 da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

18.34.2 do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

18.34.3 do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

18.35 Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

18.36 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 -Santa Maria – RS

18.37 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

18.38 A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

18.39 Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

18.40 Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

18.40.1 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.40.2 Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 -Santa Maria – RS

18.40.3 Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.40.4 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

18.40.5 Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

18.41 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

18.41.1 a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

18.41.2 em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

18.41.3 em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

18.42 Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

18.43 A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

18.44 O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

18.45 As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

18.46 O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 -Santa Maria – RS

como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

19. 21. GARANTIA DA EXECUÇÃO

21.1 O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

21.2 No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

21.2.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

21.2.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

21.3 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

21.4 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

21.4.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

21.4.2 prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

21.4.3 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

21.4.4 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

21.5 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 -Santa Maria – RS

21.6 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

21.7 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

21.8 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

21.9 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

21.10 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

21.11 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

21.12 Será considerada extinta a garantia:

21.12.1 com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

21.12.2 no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

21.13 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

21.14 A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste TR.

21.15 A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 -Santa Maria – RS

previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.

21.15.1 Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho

21.16 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.17 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

21.17.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

21.17.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.17.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;

21.17.4 comportar-se de modo inidôneo; ou

21.17.5 cometer fraude fiscal.

21.18 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

21.18.1 **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

21.18.2 **Multa de:**

21.18.2.1 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 - Santa Maria – RS

poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

21.18.2.2 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

21.18.2.3 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

21.18.2.4 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

21.18.2.5 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

21.18.2.6 as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

21.18.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.18.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

21.18.4.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 22.1 deste Termo de Referência

21.18.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.19 As sanções previstas nos subitens 22.2.1, 22.2.3, 22.2.4 e 22.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

21.20 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos
Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 - Santa Maria – RS

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 -Santa Maria – RS

Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

21.21 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

21.21.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.21.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

21.21.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 -Santa Maria – RS

21.22 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.23 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

21.23.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.24 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.25 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.26 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

21.27 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.28 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.29 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 - Santa Maria – RS

21.30 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

21.31 Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

21.32 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

23.4 O critério de aceitabilidade de preços será o valor global do item, conforme planilha de itens, do Item 01 do Termo de Referência

23.5 O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

23.6 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

17.1. O custo estimado da contratação é o que consta em cada item constante na descrição do item 1.1 deste termo de referência.

23 . Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, o seguinte anexo:

17.2. ANEXO I - Estudo Técnico Preliminar;

Santa Maria, 09 de fevereiro de 2021.

Líder equipe de planejamento

Reitora

Estudo Técnico Preliminar 15/2021

1. Informações Básicas

Número do processo: 23243.000787/2021-95

2. Descrição da necessidade

1. 1. A Constituição Federal de 1988, em seu art. 6º, traz como direito social a educação, sendo esta, de acordo o art. 23, de competência comum da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal e, conforme o Inciso V deste mesmo artigo, lhes cabe proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação. Prosseguindo nesta perspectiva constitucional, no art. 205, a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, com igualdade de direitos no acesso a ela (art. 206).
2. 1. Dentre o dever do Estado preconizado no art. 208 do texto constitucional, educação será efetivada mediante a garantia do atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.
3. 2. Neste sentido, a Lei 9.394, de 16 de dezembro de 1996 (reconhecida como LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), em seu art. 58, define a educação especial como sendo modalidade transversal de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino. A educação especial é voltada para estudantes com deficiências, transtorno do espectro autista e/ou altas habilidades /superdotação. Ainda de acordo com a LDB, no art. 59 cabe aos sistemas de ensino assegurarem aos educandos com deficiência serviços profissionais e recursos educativos para atender às suas necessidades, para a efetiva inclusão destas pessoas em sociedade. Diante disso, o IFFar atua na perspectiva da educação inclusiva e, entre outras práticas políticas, pretende contratar instrutor para auxiliar no desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas deste público, encontrando respaldo na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva que assim esclarece:
 1. 2.1. Cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia-intérprete, bem como de monitor ou cuidador dos estudantes com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar (Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192. Acesso: 19 de março de 2018).
4. 3. Observa-se nesta redação que o texto traz uma distinção entre as funções de “instrutor” e de “monitor ou cuidador dos estudantes”. Ademais, o texto ainda traz funções

como o de tradutor/intérprete de Libras que está previsto na Lei 11.091, de 12 de janeiro de 2005, que versa sobre os cargos técnico-administrativos previstos no quadro de pessoal das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação. No entanto, o instrutor não está previsto, abrindo margem para a possibilidade de contratação /terceirização.

5. 4. Retomando a legislação no que tange à competência do ensino regular em acolher estudante(s) com necessidade(s) educacional (is) específica (s) e o dever do Estado ofertar educação de qualidade e acesso igualitário a todos, cabe, então, a esta instituição prover meios de proporcionar o melhor processo de ensino-aprendizagem possível a tais estudantes . O não cumprimento da legislação de políticas inclusivas caso não proporcione estes meios aos alunos com necessidades específicas pode constituir crime de discriminação por deficiência, conforme o Art. 88, da **Lei Nº 13.146/2015** (Lei Brasileira de Inclusão). Avançando no sentido de atender a legislação, o IFFar, no Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2026, também prevê ações inclusivas e de acessibilidade, também pautadas na Resolução CONSUP Nº 79/2018 (Política de Diversidade e Inclusão do IFFar). Assim, e diante de todo exposto, reforça-se a necessidade da instituição buscar meios para dar condições de aprendizagem a estudantes com necessidades específicas, encontrando, desta forma, respaldo para a contratação de instrutor para suprir necessidades que exijam auxílio constante no cotidiano escolar destes alunos.
6. 5. Essa contratação se contempla no Programa de Permanência e Êxito, conforme Resolução CONSUP nº 178/2014, de 28 de novembro de 2014, como prevenção das causas de evasão e retenção. Considerando-se evasão o abandono do curso no qual o aluno está matriculado e a retenção como a não integralização do curso no período definido no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).
7. 6. O IFFar no cumprimento de sua missão como instituição de ensino, busca implementar sua Política de Diversidade e Inclusão, promovendo a cultura da educação do aprender a conviver com as diferenças. Os fazeres desta Política se voltam para as temáticas de inclusão e diversidade, em especial, para questões de inclusão dos estudantes com deficiência. De acordo com a Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, “cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva na educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor aos discentes com necessidade de auxílio constante no cotidiano escolar”.
8. 7. O Estatuto da Pessoa com Deficiência garante o direito à igualdade e à liberdade, visando à inclusão social e assegurando a cidadania de todas as pessoas com deficiência — seja ela física, mental, sensorial ou intelectual.
9. 8. Desse modo, as escolas devem garantir condições de acesso, participação, permanência e aprendizagem de todos os alunos. Para isso, entendemos que o cuidador de educação/monitor e o cuidador de saúde, possibilita a participação dos alunos com deficiência nas diversas atividades realizadas pelos *campi* do IFFar.

Cada estudante apresenta uma necessidade específica, sendo assim, o Plano de Ação Individual possibilita pensar cada caso, desse modo, apresentamos resumidamente algumas necessidades conforme o cargo:

INSTRUTOR DE ALUNOS

- acompanhar o desenvolvimento das atividades pedagógicas em sala de aula e demais espaços onde as aulas são desenvolvidas;
- promover a intermediação entre os estudantes e os professores;
- auxiliar os estudantes quanto à organização de suas atividades escolares;
- auxiliar os estudantes para resolução de exercícios, intervindo junto ao aluno na solicitação aos docentes para o esclarecimento de dúvidas;
- colaborar na elaboração de material didático complementar a pedido dos docentes e mediante orientação dos mesmos e/ou do NAPNE.
- Caberá ao referido posto, acompanhar os estudantes em todas as atividades pedagógicas, tais como leitura e/ou transcrição, cuidando e acompanhando as atividades pedagógicas em sala de aula e fora dela, oportunizando o desenvolvimento das mesmas, atendendo questões específicas relativas aos cuidados e aprendizagens.

CUIDADOR DE ALUNOS - SAÚDE

- realizar trocas (fraldas), auxiliar na alimentação, intervalo das aulas e intervalo do almoço;
- auxiliar no deslocamento e mobilidade;
- Caberá ao referido posto, executar atividades que envolvam saúde, alimentação e higiene pessoal dos estudantes incluídos. Sendo de sua responsabilidade efetuar trocas e alimentação dos referidos estudantes, organizando cronograma para execução das mesmas, sem que estas interfiram nas atividades pedagógicas.

Como o processo seletivo para ingresso em 2021 nos cursos técnicos integrados ao ensino médio está em andamento, e o processo seletivo para os cursos superiores é no final do semestre, não temos como fazer uma previsão de ingressantes que possam necessitar dos serviços de cuidadores, porém, ao analisar os dois últimos anos é possível afirmar que anualmente tem ingressado em média dois alunos que necessitam de acompanhamento contínuo de cuidador educação/monitor em sala de aula.

10. 1. A necessidade da contratação foi apresentada através da elaboração de um problema relacionado com a ausência de profissionais no quadro funcional do IFFar para prestar assistência no auxílio das práticas pedagógicas e no cuidado da alimentação, higiene e locomoção de alunos com deficiência.

Ao debruçar sobre o problema apresentado pelo setor requisitante, fizemos uma análise sobre como o mesmo vem sendo tratado atualmente. O resultado da pesquisa realizada demonstrou que o IFFar possui contratos de prestação de serviço de cuidador de alunos, o qual é executado por meio da cessão de mão de obra de trabalhadores.

Diante desta informação buscamos discutir se existiria outra solução possível para resolução do problema apresentado. Uma solução possível seria que os serviços fossem prestados sob demanda, isto é, por horas de trabalho, onde a empresa contratada disponibilizaria a mão de obra conforme agendamento prévio. Contudo, a referida proposta tornou-se inviável, pois, conforme verificado junto ao setor requisitante, o problema da contratação demanda a prestação contínua do serviço o que caracterizaria pela prestação de serviço em horários e períodos definidos.

Por esse motivo, concluímos que a forma mais adequada para resolução do problema apresentado, salvo melhor juízo, é que os serviços terceirizados sejam prestados por meio da disponibilização de mão de obra cedida.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Ações Inclusivas - Campus Alegrete	Mariele da Silva Vieira
Coordenação de Ações Inclusivas - Campus Frederico Westphalen	Graciela Fagundes Rodrigues
Coordenação de Ações Inclusivas - Campus Jaguari	Eusébio da Cunha Paim
Coordenação de Ações Inclusivas - Campus Júlio de Castilhos	Michele de Moraes Lopes
Coordenação de Ações Inclusivas - Campus Panambi	Daniela Medeiros
Coordenação de Ações Inclusivas - Campus Santo Augusto	Ana Letícia de Oliveira
Coordenação de Ações Inclusivas - Campus Santo Ângelo	Liciara Daiane Zwan
Coordenação de Ações Inclusivas - Campus São Borja	Bianca Bueno Ambrosini
Coordenação de Ações Inclusivas - Campus Avançado Uruguaiana	Michel Michelin
Coordenação de Ações Inclusivas - Campus São Vicente do Sul	Daniela do Amaral Friggi
Coordenação de Ações Inclusivas - PROEN	Fernanda de Camargo Machado

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Para ambos os cargos:

4.1.1 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

4.1.2 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

4.1.3 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, 3 meses do início de sua execução;

4.1.4 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

4.1.5 Sugere-se que a empresa contratada capacite seus funcionários a desempenhar suas atividades de modo a preservar a natureza, uso consciente dos recursos hídricos e energéticos, da utilização sustentável de embalagens plásticas e equivalentes.

4.1.6 Considerando o histórico atual da contratação nos campi que hoje utilizam o serviço, entendemos que o contrato de prestação de serviço terá uma vigência mínima de vinte meses podendo ser prorrogado até o limite máximo de sessenta meses nos termos da lei.

4.1.7 A referida contratação não necessitará de transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

4.1.8 Os serviços deverão ficar suspensos durante: férias, paralisações, suspensão de atividades acadêmicas ou licença médica do(a) aluno(a) atendido(a) sem ônus para a Administração. Em casos de necessidades de afastamento por motivos de saúde do profissional Cuidador de Alunos, por mais de 07 (sete) dias, a empresa deverá providenciar um substituto. Já para o cargo de Instrutor de Alunos, o período máximo sem substituição é de até 14 dias.

4.1.9 A presente contratação será feita para um período inicial de 20 meses, renovável até 60 meses. A cada seis (06) meses será verificada a necessidade de se manter a prestação dos serviços, uma vez que o trabalho a ser executado pelo profissional está condicionado à matrícula de alunos com necessidade de acompanhamento de cuidador.

4.2 Para o cargo de INSTRUTOR DE ALUNOS

4.2.1 Os serviços serão prestados conforme discriminado abaixo:

4.2.1.1 O horário da prestação de serviço será estabelecido pela CONTRATANTE de acordo com os horários estipulados no curso do estudante, conforme calendário acadêmico;

4.2.1.2 A prestação do serviço ocorrerá nas dependências da Instituição CONTRATANTE, podendo ser estendida em locais diversos, de acordo com as atividades estudantis.

4.2.1.3 Enquanto persistir a necessidade de atividades acadêmicas remotas, o profissional deverá realizar as atividades à distância.

4.2.1.4 Após o retorno das aulas presenciais, poderão ocorrer atividades fora do horário de expediente habitual do colaborador terceirizado, como: viagens técnicas, gincanas, entre outras atividades letivas, inclusive aos finais de semana, sendo necessário o pagamento de diárias e horas extras por parte da empresa.

4.2.1.5 No caso de ocorrência citada no item anterior, horas extras e adicionais legalmente previstos deverão ser acrescidos na nota fiscal referente ao mês da ocorrência para pagamento por parte da Administração.

4.2.2 Descrição sintética do posto:

4.2.2.1 Realizar a tarefa de instruir os alunos durante a interação com os recursos didático-pedagógicos no ambiente escolar ou no ambiente que, em determinado contexto, for considerado escolar; zelar pela inclusão dos mesmos no âmbito escolar, junto aos colegas e servidores.

4.2.3 Descrição analítica do posto:

4.2.3.1 Assessorar o discente na possibilidade de eliminar barreiras objetivando sua participação em atividades prático-didático-pedagógicas no ambiente escolar;

4.2.3.2 Auxiliar na aplicabilidade dos recursos pedagógicos no ambiente escolar;

4.2.3.3 Estimular a participação em sala de aula e demais espaços escolares;

4.2.3.4 Assessorar o discente na organização dos registros de conteúdo das disciplinas e auxiliar o aluno a organizar seu calendário acadêmico, se necessário;

4.2.3.5 Comunicar, de acordo com a necessidade, à família do aluno quanto a participação deste nas atividades desenvolvidas na instituição, bem como, informá-la de atividades complementares (a exemplo dos “temas de casa”) solicitadas ao aluno;

4.2.3.6 Reiterar ao discente as informações passadas em sala de aula, se necessárias;

4.2.3.7 Atender ao regulamento disciplinar discente vigente do IF Farroupilha, bem como, de outros regulamentos/normas aplicáveis a empregados de empresas terceirizadas;

4.2.3.8 Executar outras tarefas, conforme necessidade do aluno, definidas pelo fiscal do contrato, junto ao preposto da empresa;

4.2.3.9 Realizar a leitura textual em avaliações, se necessário;

4.2.3.10 Elaborar, mensalmente, ou sempre que solicitado, relatório de atividades desenvolvidas com o aluno;

4.2.3.11 Cumprir o horário estabelecido pela Instituição, conforme informado pelo fiscal do contrato ao preposto da empresa;

4.2.3.12 Auxiliar o aluno, no ambiente escolar, na interação com recursos didáticos que corroboram no seu aprendizado;

4.2.3.13 Auxiliar o(s) aluno(s) em relação às questões de mobilidade.;

4.2.3.14 Outras atividades afins a serem desenvolvidas, se necessário.

4.2.4 Requisitos do profissional:

4.2.4.1 Idade mínima: 18 anos.

4.2.4.2 Ensino Médio completo, preferencialmente com Curso Superior de Licenciatura em andamento, em qualquer área;

4.2.4.3 Desejável experiência anterior na atividade;

4.2.4.4 Ser pontual e assíduo ao trabalho;

4.2.4.5 Ter bons princípios de urbanidade e apresentar-se sempre com crachá;

4.2.4.6 Pertencer ao quadro de empregados da Contratada, comprovando através de contrato de trabalho e CTPS devidamente assinada.

4.2.5 Regime de trabalho: 40 horas semanais e/ou 20 horas semanais.

4.2.5.1 Regime de trabalho de 20 horas semanais

4.2.5.1.1 Os postos de 20 horas (vinte horas semanais) com previsão de jornada diurna poderão ser contratados para o período noturno , conforme necessidade da administração;

4.2.5.1.2 A contratação nos moldes do item acima implicará na repactuação da planilha no momento da contratação de forma a inserir os custos advindos da contratação noturna.

4.2.5.2 Regime de trabalho de 40 horas semanais

4.2.5.2.1 Os postos de 40 horas (quarenta horas semanais) com previsão de jornada diurna, poderão ser contratados para o período vespertino, conforme necessidade da administração;

4.2.5.2.2 A contratação nos moldes do item acima implicará na repactuação da planilha no momento da contratação de forma a inserir os custos advindos da contratação noturna.

4.3 Para o cargo de CUIDADOR DE ALUNOS - SAÚDE

4.3.1 Os serviços serão prestados conforme discriminado abaixo:

4.3.1.1 O horário da prestação de serviço será estabelecido pela CONTRATANTE de acordo com os horários estipulados no curso do estudante, conforme calendário acadêmico;

4.3.1.2 A prestação do serviço ocorrerá nas intermediações da Instituição CONTRATANTE podendo ser estendida em locais diversos de acordo com as atividades estudantis.

4.3.1.3 Após o retorno das aulas presenciais, poderão ocorrer atividades fora do horário de expediente habitual do colaborador terceirizado, como: viagens técnicas, gincanas, entre outras atividades letivas, inclusive aos finais de semana, sendo necessário o pagamento de diárias e horas extras por parte da empresa.

4.3.1.4 No caso de ocorrência citada no item anterior, horas extras e adicionais legalmente previstos deverão ser acrescidos na nota fiscal referente ao mês da ocorrência para pagamento por parte da Administração.

4.3.1.5 Cada Cuidador poderá atender até 05 alunos.

1. 1. 4.3.1.6 **No caso do posto de serviço de cuidador, o contratado deverá ser ocupado por pessoa identificada com o mesmo sexo do aluno em questão, a fim de resguardar a privacidade e intimidade dos alunos que serão atendidos por esse profissional. Bem como será informado à empresa no momento da contratação as necessidades do aluno de forma a que possa ser contratado profissional que atenda de modo satisfatório.**

4.3.2 Descrição sintética do posto:

4.3.2.1 O enquadramento da categoria profissional que será empregada no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), é o seguinte:

Cuidador (CBO 51 62): Cuidam de bebês, crianças, jovens, adultos e idosos, a partir de objetivos estabelecidos por instituições especializadas ou responsáveis diretos, zelando pelo bem-estar, saúde, alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer da pessoa assistida.

4.3.3 Descrição analítica do posto:

4.3.3.1 Auxiliar na mobilidade do aluno com necessidade educacional especial;

4.3.3.2 Auxiliar na higiene do aluno com necessidade educacional especial, tal como nas idas ao banheiro e troca de fraldas;

4.3.3.3 Auxiliar no transporte de materiais necessários à execução das atividades do aluno;

4.3.3.4 Zelar pela segurança do aluno com necessidades educacionais especiais;

4.3.3.5 Escutar, estar atento e ser solidário com o aluno a ser cuidado;

4.3.3.6 Estimular e ajudar na alimentação e na constituição de hábitos alimentares;

4.3.3.7 Realizar mudanças de posição para maior conforto do aluno com necessidades educacionais especiais;

4.3.3.8 Reportar ao fiscal do contrato, relatório sobre o desenvolvimento nas atividades escolares do aluno cuidado;

4.3.3.9 Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade ou a critério de seu superior.

4.3.3.10 Prezar pela segurança do discente PcD no ambiente escolar; 4.3.3.11 Auxiliar o aluno PcD no atendimento de demandas de natureza fisiológica, se necessário.

4.3.4 Requisitos do profissional:

4.3.4.1 Idade mínima: 18 anos;

4.3.4.2 Ensino Médio completo;

4.3.4.3 Ser pontual e assíduo ao trabalho;

4.3.4.4 Ter postura ética, manter a confidencialidade das informações particulares do aluno, utilizar princípios de urbanidade e apresentar-se sempre com uniforme completo, limpo e com crachá;

4.3.4.5 Pertencer ao quadro de empregados da Contratada, comprovando através de contrato de trabalho e CTPS devidamente assinada;

4.3.4.6 Preferencialmente, possuir experiência no acompanhamento e auxílio de pessoas com necessidades básicas e rotineiras de cuidados de higiene e alimentação.

4.3.5 Regime de trabalho: 40 horas semanais e/ou 20 horas semanais.

4.3.5.1 Regime de trabalho de 20 horas semanais

4.3.5.1.1 Os postos de 20 horas (vinte horas semanais) com previsão de jornada diurna poderão ser contratados para o período noturno , conforme necessidade da administração;

4.3.5.1.2 A contratação nos moldes do item acima implicará na repactuação da planilha no momento da contratação de forma a inserir os custos advindos da contratação noturna.

4.3.5.2 Regime de trabalho de 40 horas semanais

4.3.5.2.1 Os postos de 40 horas (quarenta horas semanais) com previsão de jornada diurna, poderão ser contratados para o período vespertino, conforme necessidade da administração;

4.3.5.2.2 A contratação nos moldes do item acima implicará na repactuação da planilha no momento da contratação de forma a inserir os custos advindos da contratação noturna.

4.4 Uniformes para ambos os cargos

4.4.1 A empresa deverá fornecer 04 (quatro) jalecos e 01(um) crachá no início da execução do contrato, devendo ser substituído peça deste a qualquer época, quando necessário, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam às condições mínimas de apresentação;

4.4.1.1 No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

4.4.1.2 Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

4.5 EPIs para ambos os cargos

4.5.1 Os Equipamentos de Proteção Individual - EPI's, constantes da NR 6 - deverão atender na íntegra a norma regulamentadora e a Certificação de Aprovação – CA expedida pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde do Ministério do Trabalho e Emprego – M.T.E. A Contratada deverá cumprir o que dispõe o item 6.6.1 da referida norma, sendo que a relação mínima dos EPI's que deverão ser disponibilizados no início dos serviços - sem prejuízo a outros que por norma ou determinação dos órgãos competentes sejam exigidos, são os constantes a seguir:

EPI's - Cuidador de Alunos

Produto	Quantidade
----------------	-------------------

1. Luva para procedimento – Descartável 200 pares/ semestre
2. Máscara para procedimento - Descartável 200 unidades/semestre
3. Avental plástico 02 unidades/semestre

4.5.2 A substituição dos EPI's necessários a cada profissional na execução dos serviços deste estudo ocorrerá conforme previsão constante na NR 06.

4.5.3 Os uniformes e EPIs deverão ser entregues mediante recibo ou ficha de recebimento de EPI, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

4.5.4 A empresa Contratada deverá fornecer máscara de proteção e álcool gel para ambos os profissionais enquanto perdurar o período de pandemia conforme orientações dos órgãos de saúde estadual e federal.

4.6 O serviço é de natureza continuada, estando previsto na Portaria 964 de 18 de junho de 2019 que define os serviços consideradas de natureza contínua no âmbito do Instituto Federal Farroupilha.

4.7 A contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade previstas no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, no que couber.

4.8 A contratação terá vigência de 20 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

4.8.1 Os serviços tenham sido prestados regularmente;

4.8.2 Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

4.8.3 Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

4.8.4 Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

4.8.5 Seja comprovado, através de pesquisa de mercado, que o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

4.8.6 Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

4.8.7 Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

4.9 Não há necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas no caso específico da contratação do serviço de seguro para a frota de veículos, uma vez que as técnicas utilizadas são de domínio comum, conhecidas da grande maioria, senão de todas as empresas do ramo e não há propriedade intelectual a proteger.

5. Levantamento de Mercado

Foram consultadas contratações similares de outros órgãos públicos, no entanto, não foram identificadas novas metodologias, tecnologias ou inovações que poderiam atender às necessidades da administração.

O mercado de potenciais prestadores dos serviços a serem contratados é bastante vasto, uma vez que as rotinas gerais para sua execução são relativamente simples, não havendo necessidade de especialização nem da parte das empresas, nem dos seus empregados que serão utilizados diretamente na prestação dos serviços.

Por essas razões, também não se vislumbra a necessidade de consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas para coleta de contribuições. Foram identificadas as seguintes soluções de mercado que podem atender os requisitos especificados para a contratação:

- I. 1. No caso dos serviços em tela não se vislumbram outras soluções de mercado afora a terceirização para a prestação indireta dos serviços, visto que inexistem quadros funcionais típicos no IFFar para a execução desses serviços, restando impedido o aproveitamento de recursos humanos da própria Administração;
- II. 2. No caso da prestação indireta dos serviços, não foram identificadas outras hipóteses além de contratação de serviço contínuo com mão de obra em regime de dedicação exclusiva, sistemática em que a empresa disponibiliza funcionário(s) para permanecer(em) nas dependências da contratante em período integral aguardando solicitação de serviço.

Essa forma de contratação não limita a participação de empresas na licitação, visto que se trata da forma usual de contratação dos serviços de cuidador e instrutor, para a qual o mercado está preparado.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 A solução que melhor atende às necessidades da Administração é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de CUIDADOR DE ALUNOS - SAÚDE e INSTRUTOR DE ALUNOS, mediante disponibilização de mão de obra de apoio administrativo.

6.2 Em termos de justificativa econômica, não há alternativas menos dispendiosas para atender o interesse da Administração que não a contratação de pessoal terceirizado. As despesas para a contratação serão lastreadas em função da Convenção Coletiva de Trabalho da profissão, a qual será base para a planilha de custos.

6.3 A contratação será conduzida por pregão eletrônico, na modalidade de registro de preço, com julgamento pelo critério de menor preço global para o cada grupo da licitação, o que trará ampla participação de interessadas que fará com que o preço a ser contratado se aproxime ao valor de mercado.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 A metodologia utilizada para definir o quantitativo de trabalhadores que serão disponibilizados para a prestação de serviço se baseou na contratação anterior e na verificação junto ao setor requisitante das demandas apresentadas.

Item	Descrição	Unid	Qtde	Valor Unitário / Posto (R\$)	Estimativa 20 meses (R\$)
GRUPO 01 – ALEGRETE					
1	Cuidador de alunos -saúde para apoio e acompanhamento de aluno PcD matriculado no IFFarroupilha – <i>Campus</i> Alegrete. Carga Horária: 40 horas semanais.	Posto	1	R\$ 3.779,44	R\$ 75.588,80
2	Instrutor de Alunos - <i>Campus</i> Alegrete. Carga Horária: 40 horas semanais.	Posto	1	R\$ 2.781,81	R\$ 55.636,20
TOTAL ESTIMADO (R\$)				R\$ 131.225,00	
GRUPO 02 - FREDERICO WESTPHALEN					
3	Cuidador de alunos -saúde para apoio e acompanhamento de aluno PcD matriculado no IFFarroupilha – <i>Campus</i> FW. Carga Horária: 40 horas semanais.	Posto	1	R\$ 3.509,47	R\$ 70.189,44
4	Instrutor de Alunos - <i>Campus</i> FW. Carga Horária: 40 horas semanais.	Posto	1	R \$ 2.511,82	R\$ 50.236,31
TOTAL ESTIMADO (R\$)				R\$ 120.425,75	

GRUPO 03 - JAGUARI					
5	Instrutor de Alunos - <i>Campus</i> JA. Carga Horária: 40 horas semanais.	Posto	01	R\$ 2.446,86	R\$ 48.937,20
TOTAL ESTIMADO (R\$)					R\$ 48.937,20

GRUPO 04 - PANAMBI					
6	Cuidador de alunos -saúde para apoio e acompanhamento de aluno PcD matriculado no IFFarroupilha – <i>Campus</i> PB. Carga Horária: 40 horas semanais.	Posto	1	R\$ 3.585,55	R\$ 71.711,00
7	Cuidador de alunos-saúde para apoio e acompanhamento de aluno PcD matriculado no IFFarroupilha – <i>Campus</i> PB. Carga Horária: 20 horas semanais.	Posto	1	R\$ 2.268,74	R\$ 45.374,80
TOTAL ESTIMADO (R\$)					R\$ 117.085,80

GRUPO 05 - SANTO AUGUSTO					
8	Cuidador de alunos -saúde para apoio e acompanhamento de aluno PcD matriculado no IFFarroupilha – <i>Campus</i> SA. Carga Horária: 40 horas semanais.	Posto	1	R\$ 3.392,06	R\$ 67.841,20
9	Instrutor de Alunos - <i>Campus</i> SA. Carga Horária: 40 horas semanais.	Posto	4	R\$ 2.394,43	R\$ 191.554,40
TOTAL ESTIMADO (R\$)					R\$ 259.395,60

GRUPO 06 - SANTO ANGELO					
10	Cuidador de alunos-saúde para apoio e acompanhamento de aluno PcD matriculado no IFFarroupilha – <i>Campus</i> SAN. Carga Horária: 20 horas semanais.	Posto	2	R\$ 2.265,77	R\$ 90.630,80
11	Instrutor de Alunos - <i>Campus</i> SAN. Carga Horária: 20 horas semanais.	Posto	2	R\$ 1.268,15	R\$ 50.726,00
TOTAL ESTIMADO (R\$)					R\$ 141.356,80

GRUPO 07 - SÃO BORJA					
12	Cuidador de alunos-saúde para apoio e acompanhamento de aluno PcD matriculado no IFFarroupilha – <i>Campus</i> SB. Carga Horária: 20 horas semanais.	Posto	4	R\$ 2.252,13	R\$ 180.170,40
13	Instrutor de Alunos - <i>Campus</i> SB. Carga Horária: 20 horas semanais.	Posto	4	R\$ 1.254,53	R\$ 100.362,40
TOTAL ESTIMADO (R\$)					R\$ 280.532,80

GRUPO 08 - URUGUAIANA					
14	Cuidador de alunos-saúde para apoio e acompanhamento de aluno PcD matriculado no IFFarroupilha – <i>Campus</i> SB. Carga Horária: 20 horas semanais.	Posto	2	R\$ 2.252,13	R\$ 90.085,20
15	Instrutor de Alunos - <i>Campus</i> SB. Carga Horária: 20 horas semanais.	Posto	2	R\$ 1.254,53	R\$ 50.181,20

TOTAL ESTIMADO (R\$)	R\$ 140.266,40
----------------------	----------------

GRUPO 09 - SÃO VICENTE DO SUL					
16	Cuidador de alunos -saúde para apoio e acompanhamento de aluno PcD matriculado no IFFarroupilha – <i>Campus</i> SVS. Carga Horária: 40 horas semanais.	Posto	2	R\$ 3.466,33	R\$ 138.653,20
17	Instrutor de Alunos - <i>Campus</i> SVS. Carga Horária: 40 horas semanais.	Posto	2	R\$ 2.446,86	R\$ 97.874,40
TOTAL ESTIMADO (R\$)					R\$ 236.527,60

GRUPO 10 - JÚLIO DE CASTILHOS					
18	Cuidador de alunos -saúde para apoio e acompanhamento de aluno PcD matriculado no IFFarroupilha – <i>Campus</i> Júlio de Castilhos. Carga Horária: 40 horas semanais.	Posto	1	R\$ 3605,28	R\$ 72.105,60
19	Cuidador de alunos-saúde para apoio e acompanhamento de aluno PcD matriculado no IFFarroupilha – <i>Campus</i> Júlio de Castilhos. Carga Horária: 20 horas semanais.	Posto	1	R\$ 2.259,98	R\$ 45.199,60
20	Instrutor de Alunos - <i>Campus</i> Júlio de Castilhos. Carga Horária: 40 horas semanais.	Posto	1	R\$ 2.596,85	R\$ 51.937,00
21	Instrutor de Alunos - <i>Campus</i> Júlio de Castilhos. Carga Horária: 20 horas semanais.	Posto	1	R\$ 1.251,57	R\$ 25.031,40
TOTAL ESTIMADO (R\$)					R\$ 194.273,60

RESERVA TÉCNICA - ITENS AVULSOS					
22	Cuidador de alunos -saúde para apoio e acompanhamento de aluno PcD matriculado no IFFarroupilha Carga Horária: 40 horas semanais.	Posto	2	R\$ 3.862,19	R\$ 154.487,60
23	Cuidador de alunos-saúde para apoio e acompanhamento de aluno PcD matriculado no IFFarroupilha Carga Horária: 20 horas semanais.	Posto	3	R\$ 2.502,15	R\$ 150.129,00
24	Instrutor de Alunos Carga Horária: 40 horas semanais.	Posto	3	R\$ 2.842,73	R\$ 170.563,80
25	Instrutor de Alunos Carga Horária: 20 horas semanais.	Posto	3	R\$ 1.482,72	R\$ 88.963,20

7.2 A empresa contratada deverá disponibilizar para o trabalhador todos os uniformes, equipamentos, utensílios e equipamentos de proteção individual necessário para o correto desempenho das funções durante todo período da prestação do serviço.

7.3 A relação de uniformes, equipamentos, utensílios e equipamentos de proteção individual, foram elaborados pelo setor requisitante e foi apresentado na planilha de preços e custos.

7.4 A **RESERVA TÉCNICA** servirá para atender eventuais demandas que surgirem nos diferentes Campi do Instituto Federal Farroupilha, portanto a realização do trabalho poderá ocorrer em qualquer uma das cidades onde se localizam os campi do IFFar. Para fins de composição da planilha de custos foram utilizados como base o maior valor de ISS e de vale transporte. No momento da assinatura do contrato o mesmo será repactuado com os valores de ISS e vale transporte da cidade da execução do contrato.

7.5 O contrato será firmado por grupo, porém, conforme as matrículas de alunos com necessidades educacionais específicas ou PcDs, em cada Campi, poderão ocorrer supressões dos postos licitados/contratados para posterior acréscimo no momento de necessidade da Administração

8. Estimativa do Valor da Contratação

Foi utilizado como referências de preço o valor da contratação anterior praticado pela Administração conforme a Instrução Normativa nº 03, de 20 de Abril de 2017, Art. 2º, inc II, como segue:

Art. 2º A pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros:

(...)

II - contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços;

A estimativa de valor da contratação realizada nesses ETP visa a levantar o eventual gasto com a solução escolhida de modo a avaliar a viabilidade econômica da opção. Essa estimativa não se confunde com os procedimentos e parâmetros de uma pesquisa de preço para fins de verificação da conformidade e da aceitabilidade da proposta.

A Convenção Coletiva de Trabalho - CCT vinculada ao presente objeto é a Convenção Coletiva de Trabalho FESENALBA / RS.- FED. DOS EMPREGADOS EM ENT. CULT., RECREAT., DE ASSIST SOCIAL, DE ORIENTAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL no RS, CNPJ 05.208.719/0001-36 × SECRASO / RS.- SINDICATO DAS ENTIDADES .CULT., RECREATIVAS, DE ASSIST. SOCIAL, DE ORIENTAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL do RS, CNPJ 93.013.670/0001-23 a qual estabelece os salários para os empregados que executaram os serviços previstos neste instrumento.

Quadro 5 – Salário Base por Função.

Função	CBO	Salário 2021
Cuidador de alunos-saúde	5162	R\$ 1.176,23
Instrutor de alunos nível médio	5162	R\$ 1.176,23

Fonte:..

A planilha de formação de preço e custos foi adaptada e atualizada conforme IN 05/2017 pelo setor de Contabilidade do Campus Júlio de Castilhos do IFFar sendo utilizada como referência a tributação de lucro presumido.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 A contratação dos serviços em grupo único por campus de execução sem parcelamento do seu objeto é a que melhor atende aos interesses e necessidades da Administração.

9.2 A realização de um único procedimento licitatório em grupo único por campus de execução, abrangendo os dois tipos de serviços de apoio administrativo que têm naturezas correlatas entre si é a que melhor atende aos interesses e necessidades da Administração. Esse modo de contratação ocupará a equipe de servidores do IFFar por um único período de tempo.

9.3 Uma vez realizado tal procedimento, esta equipe estará liberada para redirecionar seus esforços à realização de outras atividades, previstas em uma programação extensa de contratações a serem realizadas em 2021. Da mesma forma com relação à Gestão do Contrato, que demandará aos servidores por ela responsáveis um contrato somente, sobre o qual se dediquem e efetuem a fiscalização em melhores condições.

9.4 A realização deste procedimento unificado também se justifica pela vantagem com o gerenciamento centralizado que implica benefício para a Administração. Haverá ganho de escala tanto na realização da licitação com três tipos de serviços como na contratação unificada, uma vez que, com um volume maior de serviços, é possível para a Administração obter uma proposta mais vantajosa no que diz respeito ao custo da contratação.

9.5 O procedimento unificado também deverá acarretar um ganho de escala, na medida em que, quanto maior a quantidade de postos, maior o interesse das empresas em participar da licitação, havendo assim uma tendência a aumentar a competitividade no certame, com a consequente obtenção de uma proposta mais vantajosa à Administração.

9.6 Ademais, haverá economia de recursos financeiros, pois não serão duplicadas as publicações dos eventuais resultados de julgamento da licitação, dos extratos de contrato e termos de aditamentos.

9.7 Conforme dispõem a IN 5/2017; as Orientações Normativas AGU nº 01 de 1º de abril de 2009 e nº 38 de 13 de dezembro de 2011; e o entendimento consolidado no TCU (Decisão nº 25 /2000 – P (itens 9.2 a 9.4 do Relatório); Decisão nº 586/2002 – 2ª Câm. (item 8.1.4, “e”, do Acórdão); Acórdão nº 1.191/2005 – P (itens 15 e 16 do Voto), Declaração de Voto no Acórdão nº 222/2006 - P e Acórdão nº 361/2006 – P (item 69 do Relatório), o prazo inicial de vigência do contrato de serviços será de 20 meses.

- “A vigência do contrato de serviço contínuo não está adstrita ao exercício financeiro” (Orientação Normativas AGU nº 01 de 1º de abril de 2009)
- Nos contratos de prestação de serviços de natureza continuada deve-se observar que: a) o prazo de vigência originário, de regra, é de até 12 meses; b) excepcionalmente, este prazo poderá ser fixado por período superior a 12 meses nos casos em que, diante da

peculiaridade e/ou complexidade do objeto, fique tecnicamente demonstrado o benefício advindo para a administração; e c) é juridicamente possível a prorrogação do contrato por prazo diverso do contratado originariamente." (Orientações Normativas AGU nº 38 de 13 de dezembro de 2011)

9.8 As razões da adoção do referido prazo são as seguintes:

- 1) propicia vantagem econômica na medida em que as licitantes se dispõem a reduzir o preço quando o prazo do contrato é superior a 20 meses;
- 2) permite que as licitantes adquiram materiais, uniformes e equipamentos por um preço mais vantajoso, em razão do aumento do poder de barganha devido ao prazo maior do contrato;
- 3) permite que as licitantes disponham de maior prazo para amortizarem seus investimentos iniciais, sentindo com isso mais atraídas pela disputa;
- 4) reduz 2 (DOIS) procedimentos de prorrogação do contrato, supondo um contrato com duração de 60 meses, o que economiza mão de obra tanto dos servidores que atuam na matéria, como da Assessoria Jurídica, todos já sobrecarregados de tarefas, em razão da histórica insuficiência de recursos humanos. Com a inflação controlada não há prejuízos em suprimir um procedimento de prorrogação;
- 5) permite uma melhor seleção dos empregados por parte da contratada, pois há a perspectiva de maior duração do contrato, o que pode se tornar um atrativo;
- 6) os empregados da contratada ficarão com conhecimento de diversos procedimentos e de áreas restritas do IFFar, portanto, desta forma, não é recomendada uma alta rotatividade de empresas na prestação dos serviços.

9.9 Nesta linha, vejamos o seguinte excerto do Acórdão/TCU 1214/2013-Plenário:

“deve ser evitado o parcelamento de serviços não especializados, a exemplo de limpeza, copeiragem, garçom, sendo objeto de parcelamento os serviços em que reste comprovado que as empresas atuam no mercado de forma segmentada por especialização, a exemplo de manutenção predial, ar-condicionado, telefonia, serviços de engenharia em geral, áudio e vídeo, informática”

9.10 A realização deste procedimento na modalidade Pregão, na forma eletrônica, na modalidade de registro de preço, com julgamento pelo critério de menor preço global para o item único da licitação.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não existem contratações correlatas.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação está prevista no Plano Anual de Contratações de cada campi participante, conforme confirmação realizada pelos Requerentes participantes deste estudo.

A Unidade que ajustou o quantitativo ou incluiu demanda, providenciou o Formulário de Inclusão Extemporânea.

A contratação objetiva atender parcial ou totalmente alguma ação, meta ou objetivo do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) vigente?	SIM
A contratação objetiva atender parcial ou totalmente alguma ação, meta ou objetivo do Plano de Ação vigente?	SIM
A contratação objetiva atender parcial ou totalmente alguma ação, meta ou objetivo do Plano Anual de Contratações/PGC?	SIM
Outras Considerações:	

12. Resultados Pretendidos

12.1 Considerando a problemática apresentada e a solução sugerida, entendemos que os resultados serão:

- a) Criação de condições de acesso e permanência aos alunos portadores de deficiência.
- b) Atendimento à legislação em vigor.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Entendemos que o ambiente do órgão deverá se adequar para a correta execução dos serviços a serem contratados considerando os seguintes pontos:

13.2 É de suma importância que a Direção Geral providencie a capacitação dos servidores que desempenharão os papéis de fiscais de contrato de modo que a equipe possa ter mais confiança jurídica em seus atos.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 De modo a mitigar os possíveis impactos ambientais gerados pelo desenvolvimento dos serviços, a futura contratada deverá observar o seguinte:

- A contratada deverá reduzir o uso de copos descartáveis quando da prestação dos serviços nas dependências do órgão.
- A contratada deverá destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que foram utilizados na prestação de serviços.

14.2 Nos termos do disposto no art. 3º da Lei nº. 8.666/93, a contratada deverá adotar as seguintes providências:

- Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pela Administração, na fonte geradora, e a coleta seletiva do papel para reciclagem, promovendo sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, nos termos do Decreto nº 5.940/2006, ou outra forma de destinação adequada, quando for o caso;
- Os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva;

14.3 Além disso, a contratada deverá adotar boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e redução da poluição, tais como:

- Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;
- Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedecem às especificações determinadas pela ANVISA;
- Racionalização/economia no consumo de energia elétrica e água;

14.4 A contratada também deverá:

- Realizar um treinamento interno para seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produtos de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- Treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdício e poluição;
- Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços; Respeitar as Normas Brasileiras – NBR – publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT – sobre resíduos sólidos; Reciclagem /destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **inviável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

15.1. Justificativa da Inviabilidade

15.1 Os serviços a serem adquiridos demandam adequações mínimas aos Campi. E evidenciou-se que são fundamentais para a manutenção das atividades dos Campi.

15.2 Desta forma, esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

16. Responsáveis

Os serviços a serem adquiridos demandam adequações mínimas aos Campi. E são fundamentais para a manutenção das atividades dos Campi. A equipe de planejamento declara viável esta contratação.

DAIANE DE FÁTIMA DOS SANTOS BUENO
Coordenadora de Licitações e Contratos Campus Júlio de Castilhos